

700 843

Biblioteca - Unemat - PLA



00013998

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 13998

Data 19 / 08 / 2009

() Compra (x) Doação () Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

DÉBORA CORRÊA DE C. SELLA

AS REALIDADES SOBRE A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Pontes e Lacerda –MT, julho de 2008.

374.26
5168n
2x.01

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

AS REALIDADES SOBRE A AVALIAÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão do curso de graduação
em Letras, apresentado ao Departamento de
Letras da Universidade do Estado de Mato
Grosso- Campus Universitário de Pontes e
Lacerda, como requisito parcial para obtenção
do título de graduada em Letras.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosely A. Romanelli

Pontes e Lacerda –MT, julho de 2008.

ESTA MONOGRAFIA FOI APRESENTADA E DEFENDIDA PERANTE A
SEGUINTE BANCA:

Prof^a. Dr^a. Rosely A. Romanelli

Membro da banca

Membro da Banca

PONTES E LACERDA – MT, JULHO DE 2008.

Ao meu esposo Claudinei Sella e à minha mãe
querida, que me apoiaram, ajudaram e encorajaram
nesta longa jornada de estudos.
A vocês, todo meu amor e agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me sustentou, que não deixou que eu desanimasse em toda caminhada.

À minha família, por estar sempre do meu lado me dando força nas horas em que eu pensava não conseguir mais.

Aos meus colegas de forma geral, pelos bons e maus momentos vividos juntos durante este percurso.

À minha cunhada Silvia Sella pelo conforto espiritual e tempo dedicado a mim nos momentos de desespero.

Ao meu tio Braz Correa por tanto ter ajudado nos momentos difíceis da minha vida

À minha tia Dagmar por ter sido uma verdadeira mãe no momento em que eu mais estive só.

Ao meu filhinho Victor Augusto em especial, pelo amor incondicional mesmo nos momentos de stress causados pela sobrecarga de trabalhos e provas, ele jamais deixou de demonstrar seu amor.

E a todos que mesmo indiretamente contribuíram para que eu chegasse à conclusão deste curso.

"Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". (Paulo Freire 1996, p.52)

RESUMO

Desenvolvemos o presente trabalho por acreditarmos que a escola é um espaço de direito do cidadão e é através dela e das relações sociais que formamos sujeitos sócio-culturais e históricos atuantes em nossa sociedade. Entretanto, nos questionamos se a escola tem se configurado como um ambiente democrático na prática e buscamos observar isto através da avaliação, pois, esta tem sido um dos pontos mais importantes quando se fala em permanência do aluno na escola ou inclusão do indivíduo, pois, tradicionalmente os métodos avaliativos ou a forma como se utilizam certos instrumentos de avaliação têm contribuído muito para evasão escolar, o que nos remete ao fracasso escolar e conseqüentemente à exclusão social.

Diante desta preocupação com a democratização do ensino é que nos propomos abordar a avaliação de crianças e jovens em uma escola pública da rede estadual, localizada neste município de Pontes e Lacerda. Nosso objetivo é investigar através de entrevistas com professores e coordenadores se as escolas estão inovando em suas práticas avaliativas ou continuam fazendo uso dos instrumentos e métodos avaliativos de forma tradicional.

Sendo este o ponto principal de nossa preocupação, pretendemos através deste trabalho, despertar a atenção dos profissionais da educação para se questionarem e refletirem sobre a prática avaliativa, buscando entender a necessidade de se desenvolverem meios e mecanismos diferentes dos que vem sendo utilizado no âmbito escolar.

Palavras chave: avaliação, evasão, fracasso, professor, aluno.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 : ABORDAGEM SOBRE AVALIAÇÕES.....	10
1.1 – PROVINHA BRASIL.....	15
CAPÍTULO 2 : A CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES SOBRE AVALIAÇÃO.....	20
Considerações finais.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir sobre a avaliação, sua aplicação, aspectos favoráveis e desfavoráveis de sua aplicação e a realidade dos resultados.

Sabe-se que a avaliação é uma condição humana, pois a todo tempo e em todos os sentidos somos avaliados, desde as atitudes em casa, pelos familiares, amigos, para conseguir emprego, na escola e em tantos outros momentos de nossas vidas.

Neste trabalho, pretendo discutir especificamente a avaliação escolar, ou melhor, qual é o real significado da mesma no ensino fundamental visto que muitas vezes sua prática acaba por ter seu sentido distorcido tanto por parte dos alunos, de pais e na grande maioria das vezes pelos professores, pois estes, acabam usando a avaliação como forma de discriminação e dominação social, situação que acaba por humilhar ou classificar injustamente.

“O problema central da avaliação, portanto, é o seu uso como instrumento de discriminação e seleção social, na medida que, assume, no âmbito da escola, a tarefa de separar os “aptos” dos “inaptos”, os “capazes” dos “incapazes” “. (Vasconcellos, pág. 28)

Sendo este, portanto, um grande problema encontrado na questão da avaliação pode-se afirmar que a nota tornou-se mais importante que sua meta, que seria a aprendizagem, avaliar para concluir se o aluno aprendeu muito ou pouco, se precisa de reforço, ou até mesmo se há algum fator externo que o impediu de aprender, e sendo assim, conseguir alcançar o objetivo real da aprendizagem.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM SOBRE AVALIAÇÕES

O real sentido da avaliação deveria ser avaliar para melhorar, mas, já vimos que não é a realidade prática das escolas e nem do sistema.

“O que se espera de uma avaliação numa perspectiva transformadora é que os resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados: perceber a necessidade do aluno e intervir na realidade para ajudar a superá-la.” (Vasconcellos, p. 70)

Sendo assim, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ser realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica.

Para Demo (2002), *deve-se saber desconstruir para melhor reconstruir, a avaliação deve ser feita de forma transparente para assim descobrir as falhas, os erros... Demo firma ainda, que é um processo doloroso, porém, tem a face importante da reconstrução sólida. (Demo p. 9).*

O erro passa a ser considerado pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. Neste caso o erro deixa de representar a ausência de conhecimento

adequado, toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

Para tanto, os professores deveriam ser melhores preparados, porém, estão mais preocupados em manter a disciplina e concluir o processo de aprendizagem ou não, apenas através da nota da prova, o que na realidade é apenas um meio de ficar livres das cobranças.

Para amenizar o problema de ensino-aprendizagem dos alunos, e, na tentativa de melhorar o desempenho escolar e aumentar o nível de escolaridade, o governo implantou recentemente o sistema de ampliação para nove anos através da Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006 que altera o artigo 32 da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e tem como foco ingressar crianças com seis anos de idade na escola.

“Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:”

A intenção é fazer com que crianças menos favorecidas possam ingressar na escola e ter escolaridade igual às crianças de classe média e alta, isto é, diminuir as desigualdades, visto que estas crianças com bem menos de 6 (seis) anos de idade já freqüentam algum tipo de instituto educacional.

De acordo com pesquisas o fato de a criança ingressar na escola antes dos seis anos de idade tem resultados superiores em relação àquelas que ingressam aos sete anos, no entanto, é necessária uma atenção especial no desenvolvimento

e aprendizagem dessas crianças levando em consideração suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

O prazo estabelecido para adequação da ampliação em todo território nacional está previsto para 2010, até esta data é necessário que sejam adequados os materiais didáticos, os currículos escolares e também as instituições de ensino. Subentende-se que a matrícula aos seis anos de idade está obrigatoriamente associada ao oferecimento dos nove anos de duração no ensino fundamental.

A entrada das crianças com seis anos de idade no ensino fundamental implica não só nas adequações curriculares como também tendo fator avaliação. Essas crianças deverão ser avaliadas com muita cautela visto que estão em fase de inserção na vida escolar, deve-se ter o cuidado para não traumatizar ou usar métodos classificatórios.

Nesta fase as avaliações devem ser em forma de construção coletiva, isto é, a partir da interação entre elas que o professor saberá se a aprendizagem está acontecendo.

De acordo com Patrícia Corsino¹ o trabalho com conhecimentos das Ciências Sociais é extremamente importante nesta fase, pois busca desenvolver através de situações reais a reflexão crítica sobre os grupos humanos, suas relações, suas histórias, suas formas de viver em épocas diferentes.

As atividades devem propor a compreensão da história de cada criança com intuito de fazê-las relacionar suas vivências com a dos colegas. O objetivo é aumentar a curiosidade, incentivar as crianças a raciocinar, promover a inclusão de todos e fazer com que construam seus próprios conhecimentos.

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; Professora Adjunta do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) in "As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento". (texto extraído Portal do MEC).

...“o desenvolvimento intelectual do educando dá-se pela oportunidade de invenção de alternativas próprias para alcançar o êxito que só poderão ser construídas por ele e jamais ensinadas pelo professor”. (HOFFMANN, p. 70)

De acordo com Silva (2003, p.11) a avaliação para ser formativa deve reconhecer a trajetória de vida dos estudantes, e para isso, é necessário que

se tenha objetivos claros, conteúdos, e formas de ensinar e avaliar. Para tanto é necessário que se tenha domínio do que é ensinado.

O conteúdo deve ter relevância social e cognitiva para definir o que vai ser avaliado, e os educadores devem ter coerência e clareza nos seus planejamentos para melhor avaliar, o que resulta na necessidade de compreender os processos de construção de conhecimentos das crianças e adolescentes.

A avaliação deve ser vista por alunos e professores como um processo contínuo de observação dos avanços, das descobertas, e não limitar-se a notas para fins de aprovação e reprovação. Uma prática simples para a avaliação contínua é o registro escrito com informações sobre o que as crianças estão aprendendo, pois a partir desses registros professores e alunos poderão discutir o que foi aprendido e o que faltou para completar a aprendizagem.

Ao usar esse método de avaliação no cotidiano de crianças e adolescentes os educadores estariam proporcionando-lhes situações de reflexão sobre seus saberes e atitudes, fazendo com que façam parte do processo de aprendizagem que os constitui.

O método de registro (anotações) é chamado por muitos como *portfolios*, é o método que vem sendo utilizado por muitos professores para concretizar seus métodos avaliativos, Hernández (2000, p. 166) define *portfolios* como:

...um continente de diferentes tipos de documentos (anotações pessoais, experiências de aula, trabalhos pontuais, controles de aprendizagem, conexões com outros temas fora da escola, representações visuais, etc.) que proporciona evidências dos conhecimentos que foram sendo construídos, as estratégias utilizadas para aprender e a disposição de quem o elabora para continuar aprendendo.

Para Ferraz (1998, p. 50) o *portfolio* é um conjunto de documentos que auxiliam tanto os professores quanto os alunos e seus familiares no acompanhamento do processo de aprendizagem versus avaliação. Para ela o *portifolio*.

"Compreende todo o processo de arquivamento e organização de registros elaborados pelos alunos, construídos ao longo do ano letivo: textos, desenhos, relatórios ou outros materiais produzidos por eles e que permitam acompanhar suas dificuldades e avanços na matéria. Periodicamente, ele (o professor) discute com cada estudante sobre os registros feitos. O portifolio, que pode ser apresentado numa pasta, tem ainda uma vantagem: a de servir como um elo significativo entre o professor, o aluno e seus pais.

O *portfolio* facilita a reconstrução do processo de aprendizagem de cada estudante, é também um meio de reflexão sobre o que foi aprendido e quais os meios usados para aprender, ou seja, um método avaliativo que funciona como auto-avaliação.

Com o método *portifolio* de avaliação o professor também encontra facilidades para executar seu trabalho, isto é, a partir de suas anotações sobre cada aluno, poderá refletir sobre suas estratégias didáticas e repensar sua prática, que pode promover um grande avanço na sua formação, principalmente, se este

disponibiliza um tempo para discussões coletivas sobre os trabalhos que desenvolve com os estudantes.

...“é preciso colocar a avaliação em discussão, sem censuras e temores de desvelar sentimentos e concepções individuais, porque não há culpados no processo avaliativo, mas posturas diferenciadas...”. (HOFFMANN, p. 73)

De acordo com os autores tudo na sala de aula é alvo de avaliação, todo trabalho realizado, seja ele, escrito, oral, leitura ou outros, serve como elemento a ser avaliado.

1.1 PROVINHA BRASIL

Um novo método avaliativo implantado recentemente no país. A prova Brasil pretende verificar se os alunos da rede pública de ensino são efetivamente alfabetizados aos oito anos de idade. Se a alfabetização não ocorrer até esta idade serão criadas condições, como aulas de reforço para corrigir o problema, antes que a criança chegue à quarta série do ensino fundamental .

O objetivo do MEC é que nenhuma criança chegue aos nove ou dez anos de idade sem domínio da leitura e da escrita, como ocorre em muitos municípios.

Os resultados das avaliações servirão para mostrar aos professores as dificuldades dos alunos e a qualidade do ensino que estão recebendo.

Segundo a secretária de Educação Básica do Ministério de Educação, Maria do Pilar Lacerda, a avaliação é importante no contexto nacional da educação... *“Os resultados da Provinha Brasil vão ajudar os professores a entender melhor o estágio de alfabetização de cada um de seus alunos. Ao entenderem isso, eles*

poderão com certeza refletir sobre o seu trabalho e melhorá-lo para garantir a educação de todos os seus alunos". (Maria do Pilar Lacerda, texto MEC)

A provinha Brasil é um novo modelo de avaliação baseada no acompanhamento da aprendizagem dos alunos, uma forma de os professores refletirem sobre seus métodos de ensino, de conhecer as dificuldades de seus alunos para ajudá-los.

Esse novo método foi criado pelo governo com intuito de melhorar a educação básica em todo país, visto que o índice de "analfabetismo" e reprovação tem sido muito elevado nos últimos anos.

A intenção é detectar falha na educação, e, de acordo com os problemas encontrados, implantar meios de melhorias que sejam eficazes de acordo com a realidade de cada estado brasileiro, pois, o problema do nordeste, não é o mesmo do sudeste, assim como os do Centro Oeste não são os mesmos do Sul, portanto, não faz sentido implantar um modelo a ser seguido no Brasil inteiro sabendo que as dificuldades são diferentes, o objetivo é aplicar a provinha Brasil em todo o país e desenvolver projetos de melhorias específicos.

Entendendo a provinha Brasil como um meio de detectar falha na alfabetização, entende-se, portanto, que tem exatamente o mesmo objetivo da avaliação continuada, porém, com um empecilho, a prova, já que esta é a causa das notas baixas devido ao nervosismo do ritual pré-estabelecido para a aplicação.

Para Vasconcelos o ideal é que não haja rituais especiais de prova, isto é, semana de prova, dia de prova, etc.

"Não marcar "semana" de prova, "dia" de prova, "horário" de prova, rituais especiais de prova, etc., mas fazer a avaliação continuamente, a partir dos diversos

Mediante a afirmação de Vasconcellos podemos definir a avaliação continuada como *portfolios*, já que é o método avaliativo menos excludente e com maior benefício para o educador e também para o educando.

Como já dito, o objetivo deste trabalho é discutir sobre a avaliação, para tanto, vimos à necessidade de uma pesquisa, o que fortalecerá a teoria apresentada até o momento, para tanto, utilizaremos a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) como fonte segura, visto que tem causado tantas inquietações aos professores e escolas em termos de cumprimento de tais determinações.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) já passou por várias reformas em seus antigos e incisos, porém, as alterações ocorridas recentemente pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 em pouco altera o texto da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, tendo em vista que, esta lei já se referia a uma avaliação formativa e à prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e a análise do desempenho global do estudante através do acompanhamento contínuo, portanto, em nada diferem sobre as obrigações do professor em relação aos modelos de avaliação a serem seguidos.

O que podemos observar diante de tal inquietação é que na realidade, embora já existisse um modelo de avaliação a ser seguido, este, nunca fora compreendido ou seguido pela grande maioria de professores, e agora, diante do alto índice de evasão e reprovação, resolve-se exigir que se cumpra à lei, isto é, que haja definitivamente um processo avaliativo contínuo e qualitativo na busca de um ensino de qualidade.

Desde a década de 70 que foi introduzida no Brasil a avaliação formativa, ou seja, que visam à obtenção de resultados terminais, quantitativos através de etapas,

o que significa a retomada parcial e gradativa das dificuldades dos alunos ao longo do processo de aprendizagem com intuito de prevenir dificuldades mais sérias futuramente.

Luckesi, na década de 80, desenvolveu no Brasil estudos que contribuíram para a reflexão sobre a avaliação, ou seja, há décadas atrás já se falava em acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, no entanto, tal concepção continua inédita na grande maioria das instituições bem como na metodologia dos educadores.

Assim como Luckesi, a LDB também trata sobre a avaliação formativa em seu artigo 24:

Artigo 24 - A educação básica, nos níveis fundamental e médio... Trata sobre os métodos avaliativos da seguinte forma:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) ...

c) ...

d) ...

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Ao analisar o artigo 24 da LDB bem como, a teoria aplicada por Luckesi, podemos observar que mesmo existindo uma lei que diz como devem ser feitas as avaliações, muitos educadores preferem ignorar em vez de segui-las, o que dificulta

um trabalho contínuo e eficaz, que é exatamente o que a lei rege, como pode haver uma continuidade se não há respeito por tais leis?

CAPÍTULO II

A CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E COORDENADORES SOBRE AVALIAÇÃO

Neste capítulo, serão abordadas as concepções que os educadores têm a respeito da avaliação, tendo como base a análise de estudos feitos até o momento. O intuito desta abordagem é discutir e refletir para melhor compreender como é, ou como deveriam ser as avaliações no ambiente escolar.

Através das entrevistas realizadas foi possível observar se professores e coordenadores estão desenvolvendo, na prática, os critérios avaliativos contemplados na proposta pedagógica voltada para crianças e jovens.

Desta forma, podemos analisar se estão atuando em consonância com o que é apresentado na proposta, isto é, avaliação continua e formativa, ou, se estão apenas avaliando através de métodos avaliativos próprios.

O questionário foi respondido por dois professores e um coordenador, e as questões foram as seguintes:

-Você acha que as notas que seus alunos tiram correspondem ao quanto eles sabem?

Professor A: *"Sim"*.

Professor B: *"Não"*

Professor C: *"Não, é impossível atribuir uma nota ao conhecimento que o aluno constrói no decorrer de seu "caminhar" em um único dia, com questões que compreendem parte do que foi discutido em um bimestre, por exemplo"*.

Segunda questão:

- A prova é a melhor forma de avaliar?

Professor A: *"Não, acho que ela só é uma das formas e que o professor não deve usar somente a prova como forma de avaliação".*

Professor B: *"Não, a avaliação deve ocorrer no decorrer do bimestre, o educando deve ser avaliado diariamente por meio de atividades orais, escritas, tarefas de casa, trabalhos, etc".*

Professor C: *"A avaliação é um dos instrumentos, desde que compreenda as dimensões diagnóstica e formativa, todavia não podemos restringir o conhecimento de uma criança a um destes instrumentos, tendo em vista que em primeiro lugar é preciso saber como ele aprende e quais são suas habilidades".*

Terceira questão:

-A entrada de crianças com seis anos de idade na escola e, sua permanência por nove anos pode resolver o problema da educação?

Professor A: *"Não. Acho que a mudança no sistema é que iria trazer alguma diferença".*

Professor B: *"Não, pois o problema da educação passa por questões políticas".*

Professor C: *"É uma alternativa, com seis anos a criança tem o acesso ao "mundo letrado" de uma forma lúdica, seu contato com a escola, e suas vivências serão mais prazerosas, tendo maiores possibilidades de sucesso em sua vida escolar. Sabemos que o "problema" da educação é bem mais abrangente, envolve políticas sérias voltadas para a educação".*

Quarta questão:

- A provinha Brasil vai ajudar a resolver a questão da aprendizagem?

Professor A: *“Acho que não. O sistema de educação do nosso país necessita de uma mudança geral, não é a prova Brasil que vai resolver nossos problemas, como: falta de condições nas escolas, falta de preparo para a classe docente etc...”*

Professor B: *“Não”*

Professor C: *“A provinha Brasil veio para diagnosticar o nível de aprendizagem dos alunos, para alinhar o perfil de saída dos alunos de cada etapa do processo de aprendizagem”.*

Quinta questão:

- Você já ouviu falar na avaliação através de *portfólios*?

Professor A: *“Sim”.*

Professor B: *“Sim”*

Professor C: *“Sim”.*

Sexta questão:

- Caso afirmativo, a avaliação através de *portfólios* é mais eficaz que a avaliação tradicional?

Professor A: *“Depende da forma que for aplicada”.*

Professor B: *“Com certeza, pois o educador terá como observar o progresso do educando e rever seu trabalho”.*

Professor C: *“A proposta da Escola Ciclada compreende esta forma de avaliação; dessa forma o professor tem condições de acompanhar todo o processo de construção do conhecimento, é registrado passo a passo todo o processo, não em apenas uma mera “prova”..*

Sétima questão:

- Você acredita que a reprovação através da nota da prova é justa?

Professor A: *"Não. Não concordo que se utilize somente a prova como forma de avaliação".*

Professor B: *"Não, pois nota nunca foi provou que o aluno aprendeu ou desenvolveu as habilidades e competências que é para ser desenvolvida dentro de cada fase".*

Professor C: *"Jamais, pois sem a reflexão de como "eu" enquanto professor estou ensinando, como vou exigir que este aluno aprenda? Será que a metodologia trabalhada está sendo coerente com meus objetivos?"*

Oitava questão:

- Você acredita que a reprovação destrói a auto-estima do aluno?

Professor A: *"Em alguns casos sim, dependendo da maneira que o aluno recebe esta reprovação".*

Professor B: *"Com certeza".*

Professor C: *"Na maioria dos casos, destrói com a capacidade desta criança de acreditar que ele é capaz, que todos tem condições de aprender, talvez a proposta de trabalho do professor é que não contemplava a diversidade que temos em sala de aula".*

Nona questão:

- Para você, nota da prova pode ser utilizada como meio de diferenciar os "capazes" dos "incapazes".

Professor A: *"Não".*

Professor B: *"Não, a prova tradicional é uma das formas de exclusão, não é referencial a ser seguido".*

Professor C: *"A nota serve como instrumento de exclusão, como forma de selecionar e perpetuar o sistema capitalista que deixa espaço para poucos".*

Décima questão:

- Você acredita que a mudança no método avaliativo das escolas, isto é, a troca das provas por *portfolios*, ajudaria no desenvolvimento da aprendizagem?

Professor A: *"Depende"*.

Professor B: *"Acredito que sim, desde que o educador refaça o trajeto percorrido por ele e sustente-se nos três pilares: ação / reflexão / ação. Observando os pontos afirmativos e negativos de sua prática pedagógica"*.

Professor C: *"É uma das possibilidades de contribuir para que a criança tenha realmente seu processo de aprendizagem contemplado, oportunizando formas de intervir para que seu pleno desempenho aconteça"*.

Décima primeira questão:

- A prova deve ser usada como punição para alunos problemáticos?

Professor A: *"Não. Acho que deve ser usada como uma das formas para avaliar a aprendizagem do aluno e o trabalho do professor"*.

Professor B: *"Não, o educando deve ser conduzido à reflexão sobre a importância do conhecimento"*.

Professor C: *"Para "alunos problemáticos" a prova deveria ser o último recurso, já que, se estão nesta condição é porque não lhes foi oferecido oportunidades de superarem seus problemas sejam eles de ordem social, econômica, cultural ou afetiva"*.

Nesta pesquisa feita com alguns professores da rede pública e privada observamos que, a avaliação contínua e mediadora só funciona se houverem pessoas realmente comprometidas em fazer com que o sistema funcione, isto é, diretores e coordenadores têm a função de orientar constantemente os professores, fazer com que se cumpram às leis, pois, uma grande maioria de professores não

possui informações suficientes para inovarem suas práticas pedagógicas, trabalham como bem entendem já que não há quem auxilie, procedimento que causa sérios danos à educação.

"Assim sendo, um professor poderá arbitrariamente aprovar um aluno que não apresenta condições de aprendizagem, como poderá reprovar um que tenha condições suficientes para ser aprovado....Em relação a essa primeira variável, que define a avaliação, a conduta dos professores em nossas escolas tem sido anti-democrática, na medida em que, no geral, sem esse padrão de qualidade, julgam os alunos ao bel prazer do seu estado de humor;"... (Luckesi 2005, p. 72 e 73).

Observa-se nas respostas do professor A, que esta possui um preparo teórico pobre, visto que suas respostas são incoerentes em todo o decorrer do questionário, pois, no momento em que diz na primeira questão que a nota mede o quanto o aluno sabe, na segunda questão se contradiz dizendo que a prova não é a melhor maneira de se avaliar, portanto, como é possível que este professor possa contribuir para uma formação continua e mediadora de seus alunos se está mais preocupada em aplicar avaliações do que em adquirir conhecimentos para se tornar um profissional mais justo e competente?

O professor B e professor C se mostram profissionais mais comprometidos com o sucesso da educação, percebe-se que possuem mais preparo e mais argumentos para tratar sobre a avaliação e suas novas tendências.

No entanto, percebemos no discurso da maioria, que a avaliação tradicional é necessária para que se possa medir não só o quanto o aluno aprendeu como também o quanto e como o professor ensinou, ou seja, a escola não consegue emitir avaliações sem passar pela prova tradicional, escrita. Tudo gira em torno da

nota que é vista como meio e comunicação com outros elementos da escola, com o sistema, com o aluno e com a família, é o que podemos observar de acordo com algumas respostas ao perguntarmos, por exemplo, se a prova é a melhor forma de avaliar;

Professor A: "Não. Acho que deve ser usada como uma das formas para avaliar a aprendizagem do aluno e o trabalho do professor".

Professor C: "A avaliação é um dos instrumentos, desde que compreenda as dimensões diagnóstica e formativa, todavia não podemos restringir o conhecimento de uma criança a um destes instrumentos, tendo em vista que em primeiro lugar é preciso saber como ele aprende e quais são suas habilidades".

O que podemos concluir com a pesquisa realizada é que, embora alguns professores estejam buscando conhecimento e meios de trabalho mais justos, outros não estão se movendo para se introduzirem em uma nova tendência educacional, e o que a educação brasileira precisa é de profissionais comprometidos com a educação, não importando se o salário aumentou ou não, o amor à profissão, e também ao seu semelhante, uma vez que, aquele que possui o conhecimento e não o repassa se torna vazio, dispensável ao mundo.

A pesquisa comprova o que afirma Luckesi, isto é, há ainda muitos professores sem o real comprometimento com o objetivo da avaliação, aplicam avaliação para aprovar ou reprovar através da nota, pode-se ver isto logo na primeira questão quando perguntamos aos professores se eles acham que a nota que os seus alunos tiram corresponde ao quanto eles sabem, e, um deles respondeu que "Sim".

Existe também um fator importantíssimo que não podemos deixar de ressaltar, ou seja, a nota também está ligada diretamente ao bom ou mau comportamento, visto que, tem ligação direta com a nota obtida através da avaliação, isto porque uma grande maioria de professores usa a prova como meio de controlar seus alunos, isto é, tira-se ou acrescentam-se pontos na nota final de acordo com o comportamento ou com atividades feitas ou não, como podemos comprovar ao perguntar se a prova é a melhor forma de avaliar e o professor definido como B, responde: *“Não, a avaliação deve ocorrer no decorrer do bimestre, o educando deve ser avaliado diariamente por meio de atividades orais, escritas, tarefas de casa, trabalhos, etc”*.

Esse é um dos motivos pelo qual não se exclui definitivamente a prova do calendário escolar, a relação entre avaliação e controle é um fator que implica diretamente nos mecanismos de seletividade.

O professor denominado C₁ (também coordenador da escola estadual na qual a pesquisa foi aplicada), ressalta informalmente que a sociedade em que vivemos sempre foi muito autoritária, e é por essa tradição autoritária que muitos professores não conseguem se desprender do método tradicional onde a disciplina era tomada como submissão a ordens e as normas estabelecidas.

Muitos professores não conseguem tomar a decisão de mudar seus métodos avaliativos, e por isso, não conseguem “prender” a atenção dos alunos senão por meio de ameaças a respeito da prova que será aplicada em breve, e de acordo com o estudo que desenvolvo para este trabalho, a questão das ameaças está diretamente ligada ao fracasso escolar.

A disciplina, a nota e tantos outros meios utilizados como meio de fazer com que o aluno fique comportado estão ligados a valores e não ao quanto aprendeu,

segundo a coordenadora o que se é discutido nas reuniões e, que, uma grande parte de professores levam em consideração, é o bom comportamento na sala de aula, o que significa cumprir ordens, prestar atenção, ressalta ainda que, embora discutam sobre métodos avaliativos novos, muitos professores se negam a mudar suas metodologias de avaliação, ou seja, na prática, as coisas andam devagar.

Para Celso Vasconcellos:

“A prática da avaliação escolar chega a um grau assustador de pressão sobre os alunos, levando a distúrbios físicos e emocionais: mal estar, dor de cabeça, “branco”, tensão, medo, angústia, insônia, pesadelo, vergonha, transpiração, enjôo, ansiedade, diurese, nervoso, confusão, esquecimento, preocupação, “frio na barriga”, decepção, introjeção de auto-imagem negativa, etc”. (VASCONCELLOS, 1993, p. 37).

O autor acima citado vem ao encontro de nossa explanação, uma vez que, o que vemos na prática é que a importância está mais na nota do aluno, do que no conhecimento adquirido e conseqüentemente a prova se sobressai ao processo de ensino aprendizagem e ao mesmo tempo oferece aos adeptos deste instrumento de avaliação, uma personalidade autoritária onde com o “poder” que lhe é conferido passa a decidir se vai punir ou não o aluno através de uma nota ruim, somente porque o aluno não se comportou da forma que este ou aquele professor exigiu ou pensava ser a melhor maneira de se comportar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar é algo polêmico, e não poderia ser diferente, por se tratar de um assunto muito discutido e debatido, mas, por sua vez, permanece pouco compreendido. Para Hoffmann (1998), apesar das atenções dos educadores, políticos e sociedade brasileira em geral, ainda há, nas escolas, professores com condutas incompatíveis com a busca de uma educação mais democrática, tendo em vista o grande número de alunos evadidos ou reprovados ano após ano.

A autora Jussara Hoffmann (1998) em sua obra "Avaliação educacional ao final do século: uma análise ético-política de novas concepções e metodologias", trabalha justamente o medo ou receio de inovações na avaliação, pois, notamos claramente que professores, em sua maioria, encontram uma certa resistência em tratar de temas sobre avaliação. Embora a obra tenha sido lançada em 1998, percebe-se que a problemática apontada por Hoffmann na época, ainda persiste nos dias atuais:

"No meu entender, a inquietude revelada por um grande número de escolas e professores, a partir de tais orientações da LDB, revela a incompreensão e o distanciamento, no país, de uma prática avaliativa contínua e qualitativa. [...] Nada mais natural que se perceba a inquietude dos educadores frente a essa tendência contemporânea de avaliação. [...], porque nega a tradicional dicotomia educação e avaliação". (HOFFMANN, 1998, p.140).

Partindo da incompreensão e da falta de estudos mais aprofundados por parte das escolas sobre as novas tendências de avaliação, Hoffmann apresenta em seu trabalho dois princípios para uma nova forma de avaliar. No primeiro princípio é

negada, ao professor, a posição de neutralidade no processo de avaliação, este é um dos pontos cruciais deste novo conceito de avaliação que é a contínua e mediadora.

No segundo princípio, é demonstrada a característica desta avaliação, destacando que sua finalidade não tem por objetivo apenas concluir se o aluno foi bem ou mal nos conteúdos propostos, mas, mostrar a necessidade de resolver os problemas e trabalhar as dificuldades encontradas no decorrer do processo de ensino/aprendizagem, levando em conta, considerações de valor, de política e de filosofia social:

"A fundamentação da metodologia da avaliação não pode assim apelar apenas para os princípios, critérios e regras da investigação e/ou considerações introdutórias. Torna-se necessário, essencialmente, recorrer a princípios de interação e relação social, numa análise ético-política das práticas e metodologias da avaliação". (HOFFMANN, 1998, p. 142)

Neste contexto, professor e escola tem responsabilidade direta no resultado final, tendo em vista que, segundo a autora, o fracasso do aluno passa a ser entendido como fracasso do professor e da instituição de ensino. Talvez, esta seja a principal causa de resistência de grande parte dos educadores em debater, discutir, compreender e adotar novas tendências de avaliação, uma vez que, é muito mais cômodo trabalhar com a avaliação tradicional e usar os instrumentos que ela dispõe que são: a prova, o exame, o teste e atribuição de notas ao aluno, pois desta forma, considera-se apenas um desempenho cognitivo limitado à memorização.

Nesta linha desconsidera-se o processo educativo que levou o aluno a obter tal resultado e fica claro, mais uma vez, a comodidade, tendo em vista que, é muito mais fácil aprovar ou reprovar o aluno, selecionando os bons e os maus dependendo de cada resultado. O pensamento punitivo é a principal característica de um sistema avaliativo ditador e injusto, porém, bastante confortável para os adeptos da avaliação tradicional.

Nesta nova concepção de avaliação (contínua, mediadora) não basta que as instituições e os professores apliquem as provas, para observar o confronto entre objetivos pretendidos e alcançados, servindo apenas para demonstrar o grau de conhecimento adquirido pelo aluno. Na realidade o resultado deve servir de parâmetro para subsidiar o professor e a instituição para futuras intervenções pedagógicas.

Luckesi (2005) também trabalha com empenho contra a avaliação tradicional, afirmando que a mesma é a grande responsável pelo alto índice de exclusão escolar, incorrendo desta forma, em um sistema educacional antidemocrático. Segundo ele:

“A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez que não encaminha uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Essa prática classificatória da avaliação confirma a nossa hipótese inicial de que a atual prática de avaliação do aluno é uma prática antidemocrática no que se refere ao ensino”. (LUCKESI, 2005, p. 77).

Diante disto, o autor apresenta a “avaliação diagnóstica”, cuja função é investigar quais são as dificuldades encontradas pelos alunos, e, propõe que o professor auxilie o aluno que apresenta certas dificuldades, para superar as barreiras encontradas: *“Esta forma de entender, propor e realizar a avaliação da*

aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos". (LUCKESI, 2005, p. 82)

O referido autor explica o funcionamento desta outra concepção de avaliação contemporânea (diagnóstica), demonstrando metaforicamente, a figura do professor através de um médico cujo objetivo é reconhecer a doença (dificuldade) do seu cliente (aluno), e, a partir disto, encontrar meio ou recursos, para curar a doença, ou seja, sanar o problema. Mas, para isto, é necessário que professor e aluno façam parte de uma avaliação participativa onde possam refletir sobre os avanços conquistados e repensar sobre onde não houve avanços. A nota, a aprovação ou reprovação não é mais o foco principal no processo pedagógico, pois, o aluno poderá avançar para a etapa, fase ou série subsequente, mesmo, não tendo alcançado todos os objetivos propostos. Professores e alunos estarão comprometidos na busca de superá-los, tornando possível a concretização de um ensino mais democrático.

Acreditamos que para conseguirmos avançar rumo a uma educação democrática e qualificadora é necessário que nós, enquanto profissionais da educação, venhamos a despertar para a realidade, isto é, encarar o quadro atual da educação no Brasil.

É momento de refletir e repensar nossa maneira de conceber a avaliação ou então não conseguiremos avançar no processo pedagógico e desta forma não avançaremos também em nosso compromisso com a educação. Nós, enquanto profissionais comprometidos com uma educação que avance na melhoria do indivíduo, devemos nos questionar se estamos realmente avançando no processo pedagógico através da avaliação contínua, investigativa, diagnóstica e formativa.

BIBLIOGRAFIA

VASCONCELLOS, Celso dos S. AVALIAÇÃO: Concepção Dialética-Libertadora Do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo, 1993. – (Cadernos pedagógicos do Libertad; v. 3).

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 17ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

Senac. Dr. SC. Avaliação. 2ª ed. rev. Atual / Dalva A. Steil da Silva, Maria Izabel de Bortoli Hentz. Florianópolis: Senac/DR/SC/NTE, 2001.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Pontos e contra pontos: do pensar e agir em avaliação. 9ª ed. – Porto Alegre: Mediação, 2005.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases. (www.unifesp.br/)

BRASIL, MEC. Ministério da Educação. (www.mec.gov.br/).

BRASIL MEC. (www.mec.gov.br/) As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento.

BRASIL MEC. (www.mec.gov.br/) Avaliação e Aprendizagem na escola: a prática pedagógica como eixo da reflexão.

BRASIL MEC. (www.mec.gov.br/) A duração do Ensino Fundamental no País.

PERRENOUD, Philippe. AVALIAÇÃO: Da Excelência á Regulação das Aprendizagens - Entre Duas Lógicas. - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.